

OS ESTADOS UNIDOS E AS BASES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS PARA O RETORNO DOS EX-COMBATENTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL *

Francisco César Alves Ferraz **

Pauline Bitzer Rodrigues ***

Resumo. Os Estados Unidos mobilizaram, na Segunda Guerra Mundial, mais de dezesseis milhões de combatentes, além das dezenas de milhões de trabalhadores no *front* doméstico. Com a guerra em seu final, dois problemas desafiaram o governo estadunidense: como proceder à reconversão econômica para o Pós-Guerra e como efetuar a reintegração social dos futuros ex-combatentes. O objetivo deste artigo é fazer um balanço das bases sociais, culturais e institucionais que estabeleceram os limites e as potencialidades da reconversão econômica e social do Pós-Guerra, bem como da reintegração social dos ex-combatentes dos Estados Unidos. Primeiramente, serão abordados a natureza e o impacto causado pela mobilização do país para a guerra, principalmente em seu *front* doméstico; em seguida, as diversas ações tomadas para preparar, de um lado, a sociedade para a volta dos milhões de combatentes dos teatros de operações da Europa e do Pacífico e de outro, os próprios combatentes para a ressocialização no Pós-Guerra.

Palavras-chave: Estados Unidos; Ex-combatentes; Segunda Guerra Mundial; Pós-Guerra.

THE UNITED STATES AND THE SOCIAL AND INSTITUTIONAL BASES FOR THE RETURN OF WORLD WAR II VETERANS

Abstract. During World War II, the United States mobilized more than 16 million combatants, as well as tens of millions of workers in the home front. After the war ended, two problems challenged the U.S. government: how to proceed with postwar economic reconversion, and how to effect the social reintegration of the future war veterans. The objective of this article is to assess the social, cultural and

* Artigo recebido em 31 de julho de 2010 e aprovado em 03 de dezembro de 2010.

** Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Londrina.

*** Graduada em História pela UEL. Foi bolsista IC/CNPQ.

institutional bases that established the limits and potentialities of postwar economic and social reconversion, as well as social reintegration of U.S. veterans. First, the nature and impact caused by the country's mobilization for war will be discussed, particularly in the home front. Next, the different actions taken to prepare, on one hand, society at large for the return of the millions of combatants from the theaters of operation in Europe and the Pacific, and on the other, the combatants themselves for postwar re-socialization, will be discussed.

Keywords: United States; War veterans; World War II; Postwar.

LOS ESTADOS UNIDOS Y LAS BASES SOCIALES E INSTITUCIONALES PARA EL REGRESO DE LOS EX-COMBATIENTES DE LA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Resumen. Durante la Segunda Guerra Mundial, EEUU movilizó más de dieciséis millones de combatientes, además de decenas de millones de trabajadores en el *front* doméstico. Con la proximidad del fin de la guerra, dos problemas desafiaron al gobierno estadounidense: cómo proceder para la reconversión económica de la posguerra y cómo realizar la reintegración social de los futuros ex-combatientes. El objetivo de este artículo es hacer un balance de las bases sociales, culturales e institucionales que establecieron los límites y las potencialidades de la reconversión económica y social de la posguerra, como así también de la reintegración social de los ex-combatientes de Estados Unidos. En primer lugar, serán abordados la naturaleza y el impacto causado por la movilización del país para la guerra, principalmente, en su *front* doméstico. Luego, serán estudiadas las acciones tomadas, por un lado, para preparar la sociedad para el regreso de millones de combatientes de los teatros de operaciones en Europa, el Pacífico y otros puntos del globo; y por otra parte, para re-socializar a los propios combatientes en la posguerra.

Palabras Clave: Estados Unidos; Ex-combatientes; Segunda Guerra Mundial; Posguerra.

INTRODUÇÃO

Nos Estados Unidos, a participação do país na Segunda Guerra Mundial é lembrada de modo positivo (“*The good war*”), e o processo pelo qual seus ex-combatentes reintegraram-se na sociedade é considerado um divisor de águas na história deste país. Disseminou-se a ideia de uma “geração dourada”, que conquistou a paz mundial nos campos de batalha e, depois da guerra, teve seus sacrifícios valorizados no maior programa de assistência social da história. A partir desse ponto de vista, como

resultado, teria emergido uma geração de cidadãos mais bem-preparados profissionalmente e educados para a cidadania, base fundamental para a prosperidade que caracterizaria os “anos dourados” da década de 1950. A produção historiográfica acompanhou esse entusiasmo, relacionando as melhorias concretas na vida social e profissional dos ex-combatentes e suas famílias, ressaltando a participação mais ativa dessa geração nos debates políticos, em contraste com a apatia verificada nas gerações posteriores.

Entender as bases da construção histórica dessa imagem da Segunda Guerra como “a guerra boa” e da geração que nela lutou e a vivenciou como a “geração mais brilhante” é fundamental para a compreensão de como os veteranos de guerra dos Estados Unidos foram recebidos e se relacionaram com a sociedade civil. O estudo de como a sociedade dos Estados Unidos concebeu, vivenciou e se mobilizou, durante a guerra, e de como, nos anos seguintes, construiu uma imagem especial desse esforço nacional, faz parte de um projeto maior, no qual são comparados processos de reintegração social dos veteranos estadunidenses e brasileiros da Segunda Guerra Mundial. O objetivo deste artigo é fazer um balanço das bases sociais, culturais e institucionais que estabeleceram os limites e as potencialidades da reconversão econômica e social do Pós-Guerra, bem como da reintegração social dos ex-combatentes dos Estados Unidos. Primeiramente, serão abordados a natureza da mobilização do país para a guerra, principalmente em seu *front* doméstico, e o impacto causado. Em seguida, as diversas ações tomadas para preparar, de um lado, a sociedade para a volta dos milhões de combatentes dos teatros de operações da Europa e do Pacífico e de outro, os próprios combatentes para a ressocialização após a guerra.

CONSTRUINDO O *HOME FRONT*

Embora o ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, tenha, oficialmente, desencadeado a maior mobilização nacional da história dos Estados Unidos, a organização e direcionamento dos recursos econômicos e militares para a guerra já havia começado antes mesmo do envolvimento efetivo do país. De fato, nos últimos anos da década de 1930, a iminência de uma guerra de dimensões mundiais era uma certeza nos círculos governamentais e empresariais, e a própria economia estadunidense se moldava à situação internacional, aproveitando a crescente demanda interna e externa por produtos estratégicos. Assim, a retomada do crescimento econômico foi mais um

efeito da proximidade da guerra do que resultado direto das políticas implementadas no *New Deal*.

Com a declaração de guerra ao Eixo, a mobilização ultrapassou o caráter econômico. Mais de 16 milhões de pessoas, entre convocados e voluntários, foram mobilizados para combater as forças do Eixo, nos teatros de operações da Europa, do Pacífico e no território estadunidense¹. Mais de dez por cento da população estadunidense estavam diretamente envolvidos em atividades bélicas, dentro e fora do país². Essa proporção é mais impressionante quando se nota que esses milhões de jovens constituíam uma parcela superior a um terço da população economicamente ativa. Tão importante quanto o volume de homens mobilizados foi o caráter do recrutamento, que tendeu a incidir por igual entre todas as camadas da população, evitando privilégios e/ou isenções. Praticamente todos os ramos familiares norte-americanos tinham, entre seus jovens membros, um recrutado nas forças armadas. Isso seria muito importante quando os milhões de jovens retornassem ao país e ao lar, pois nenhum grupo social do país poderia alhear-se das consequências do retorno dos veteranos.

Milhões de jovens estarem lutando significava a necessidade de substituição imediata nos postos de trabalho, o que foi feito pela população não combatente – mulheres, jovens não selecionados, idosos, minorias étnicas e nacionais anteriormente segregadas (afro-americanos, hispano-americanos, indígenas, etc.). Esse fato proporcionou uma das maiores transformações sociais nos Estados Unidos, comparável à marcha para o Oeste no século anterior. A sociedade estadunidense nunca mais seria a mesma, quando a guerra acabasse.

O impacto mais visível, inicialmente, foi econômico e social. A economia de guerra criou uma demanda extraordinária de mão-de-obra, que precisava ser não apenas substituída, mas ampliada, pois, além da manutenção da produção para consumo interno, era necessário produzir

¹ 16.353.700 mobilizados em todas as forças armadas (STATISTICAL, 2001). Já os números da *U.S. Veterans' Administration* indicam 16.051.000 pessoas, entre recrutados e voluntários (VAN ELLS, 2001). Não há consenso em relação ao número exato, pois as várias projeções estatísticas dos mobilizados incluem alguns serviços não-combatentes e excluem outros.

² Entre os mobilizados, estavam mais de 300 mil mulheres, que compunham o *Women's Army Corps* (exército) e o *Women's Accepted for Voluntary Emergency Service* da Marinha, além de unidades semelhantes entre os Fuzileiros Navais e a Guarda Costeira. Não desempenhavam funções combatentes: faziam os trabalhos administrativos e de saúde, “liberando” homens para as funções combatentes.

para o esforço de guerra dos Estados Unidos e dos países aliados³. A vitória destes, segundo o presidente Roosevelt, dependeria tanto dos soldados que estavam nos teatros de operações na Europa e no Pacífico quanto daqueles que deveriam fazer a sua parte no *front* doméstico:

Não é suficiente apenas produzir apenas alguns aviões, alguns tanques, alguns navios, a mais do que podem ser produzidos por nossos inimigos. Temos que produzi-los esmagadoramente, de modo que não possa ser questionável nossa capacidade de fornecer uma superioridade avassaladora de equipamentos em qualquer teatro de guerra do mundo (BURNS; WARD, 2007, p. 84).

O aumento necessário da força de trabalho durante o envolvimento estadunidense na guerra fez a taxa de desemprego praticamente desaparecer. Isso foi tão notável que os níveis de poder aquisitivo decorrentes do regime de produção intensiva, por um lado, e de controle governamental dos preços ao consumidor por outro, proporcionaram um dos períodos mais auspiciosos para os trabalhadores americanos. O nível de vida somente não aumentou de maneira mais visível porque havia o racionamento de produtos de consumo e fontes de energia. Com dólares na carteira, mas com uma oferta racionada de produtos de consumo e com as incertezas naturais ao envolvimento massivo na guerra, a população dos Estados Unidos voltou-se para a poupança, esperando o fim do conflito para usar o dinheiro economizado.

A “economia de guerra” produziu mudanças significativas na vida de milhões de pessoas, pertencentes a grupos sociais até então marginalizados ou tratados de maneira secundária na vida social do país: mulheres em geral, negros, indígenas e estrangeiros não europeus.

Para as mulheres, nos Estados Unidos, a Segunda Guerra Mundial foi um divisor de águas. Como um dos resultados da necessidade de empregar intensivamente a força de trabalho disponível para a manutenção, simultaneamente, da indústria de guerra e da produção ordinária de bens, as mulheres “invadiram” as fábricas e constituíram-se como “chefes da família”, enquanto seus maridos estavam lutando pela pátria ou trabalhando no *front* doméstico. Em 1940, o número de trabalhadoras nos Estados Unidos era estimado em 12 milhões. Ao final da guerra, já somava 18 milhões, um terço da força de trabalho. Entre as

³ A força de trabalho aumentou de 46 milhões para 53 milhões de trabalhadores. Nos anos de guerra, a produção manufatureira aumentou 96% e a agrícola 22%

imagens de otimismo e abnegação veiculadas pela propaganda oficial, foi criada a personagem “*Rosie, the Riveter*” (*Rose, a rebitadora*), mulher que, durante a guerra, desempenhava trabalhos tradicionalmente masculinos nas indústrias voltadas ao esforço de guerra. Como várias representações iconográficas durante a guerra, seus significados avançaram além das intenções originais de estímulo ao trabalho feminino de substituição da mão-de-obra: transformou-se em ícone da luta feminina pela igualdade e liberdade pessoais (figuras 1 e 2) (KARSTEN, 2005).

Essa luta era constante porque, apesar de toda a propaganda e todos os estímulos oficiais, as mulheres executavam as mesmas funções e trabalhos que os homens, mas ganhavam, em média, 40% a menos – e as mulheres negras, quase a metade dos vencimentos das brancas (MAY, 1996, p. 129).

A intensa utilização do trabalho feminino para o esforço de guerra acabou produzindo efeitos inesperados. Para trabalhar, muitas mulheres tinham de deixar os filhos sozinhos, pois não havia creches e escolas em número suficiente para atendimento da demanda, o que criava a figura dos “*eight-hour orphans*”. Consequência ou coincidência, a delinquência infantil cresceu em média 20% nos anos de guerra. Estudos recentes têm mostrado que as estruturas tradicionais da família americana foram uma das maiores vítimas do período de guerra (WYNN, 1996, p. 476). O governo federal, no início do conflito, incentivava certa independência feminina, visto que era preciso responder à necessidade do momento e preencher as vagas nas indústrias; mas a liberdade anunciada não era completa, visto que constantemente era reafirmado o papel ideal da mulher, que nunca deveria abandonar sua função de mãe e esposa dedicada. Esse papel social ficou mais evidente nas campanhas publicitárias, que inverteram seus apelos logo após o fim da guerra: o foco deixou de ser o trabalho industrial e voltou-se para a ideia de que os esforços das mulheres tinham de ser redirecionados, agora, para o lar, deixando de lado a liberdade econômica e sexual parcialmente conquistada havia pouco, mesmo que elas nunca esquecessem o gosto dessa independência, como mostrou o movimento feminista na década de 1960 (U. S. DEPARTMENT OF INTERIOR, 2009; TERKEL, 1984; WYNN, 1996; MAY, 1996; ROSE, 2009).

**Figura 1****Figura 2**

Rosie, the Riveter, em cartazes do Westinghouse War Production Co-Ordinating Committee, 1942 e de Norman Rockwell, 1943

Por seu turno, a guerra afetou o comportamento das famílias. Novas práticas do cotidiano foram implantadas, alterando hábitos domésticos e mesmo o ambiente de trabalho. O primeiro fator a ser afetado foi o tempo. Conceitos de disciplina do tempo para maior produção já existiam havia décadas, mas durante o esforço de guerra o controle chegou ao paroxismo: o tempo social, que compreendia a divisão do tempo entre o tempo de trabalho e o tempo de descanso/lazer, foi substituído pelo tempo militar, que controlava integralmente o tempo da vida laboral e o da sociabilidade. Durante o período de guerra, o desperdício de tempo tornou-se não apenas uma falha individual, mas uma traição à Pátria e aos rapazes que combatiam pelo país. Mesmo nas horas livres, as pessoas deveriam continuar trabalhando para o esforço de guerra, treinando defesa civil em caso de hipotéticos ataques aéreos e sabotagens, cultivando *Hortas e Jardins da Vitória*, coletando sucata e restos que poderiam ser úteis para o esforço de guerra, organizando clubes de caronas (*car-sharing clubs*) e praticando o racionamento de produtos e de fontes de energia (ROSE, 2008; BURNS; WARD, 2007).

Com tal controle social, a privacidade foi abalada. Os exercícios de defesa civil também interferiam na intimidade familiar, já que a vizinhança devia ser investigada por “capitães de bloco”, os casamentos não poderiam ter festas nem “lua de mel”, e as correspondências pessoais dos parentes e amigos aos combatentes deveriam ser submetidas à censura (DUIS, 1996).

As mulheres não foram as únicas a protagonizarem as mudanças sociais: outros grupos também as vivenciaram. O serviço militar era uma das poucas esperanças de ascensão econômica e social para negros e americanos nativos, especialmente numa sociedade na qual os direitos de cidadania para tais grupos, embora garantidos na legislação, não o eram nas práticas sociais. Mesmo assim, havia a amarga lembrança do retorno problemático dos soldados negros da Primeira Guerra Mundial, principalmente no Sul do país, onde os afro-americanos veteranos foram hostilizados com violência (SEVERO; MILFORD, 1990). Diante disso, tanto os negros como os índios se empolgaram moderadamente com a nova oportunidade. Os negros conseguiram o direito de combater efetivamente, conquanto fossem segregados e tivessem seus próprios regimentos e quase nunca chegassem a cargos de alta patente⁴.

No *front* doméstico, as barreiras raciais foram superadas apenas parcialmente. A necessidade de mão-de-obra nas cidades industriais proporcionou um dos maiores movimentos migratórios do século XX no país, com o deslocamento de mais de um milhão de afro-americanos para as cidades que abrigavam as indústrias de guerra, especialmente nos estados do Norte. As tensões entre trabalhadores brancos e negros cresceram, e logo no início da mobilização industrial o governo federal se viu forçado a proibir a discriminação racial nos estabelecimentos de produção para a guerra⁵.

Apesar de todos esses problemas, a guerra mudou a vida dos afro-americanos, que conseguiram novas oportunidades de emprego e consolidaram um significativo movimento migratório para cidades industriais do Norte. Nos novos locais, onde antes a população negra vivia espalhada nas cidades e no meio rural, começaram a surgir

⁴ A segregação dos afro-americanos nas forças armadas não foi amenizada durante a guerra. Os negros americanos combatiam em unidades segregadas, geralmente comandadas por oficiais brancos sulistas (ROSE, 2008; ABRAHAMSON, 1983).

⁵ U.S. National Archives & Records Administration. Executive Order 8802: Prohibition of Discrimination in the Defense Industry. 25 Jun. 1941. <http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=72&page=transcript>. Acessado em: 12 ago. 2005.

comunidades urbanas inteiras de afro-americanos, construindo uma identidade cultural notável que, em pouco tempo, seria popularizada para o país e o mundo, como o *blues music*. Essa força cultural era de grande importância, uma vez que oferecia sustentação psicológica e afirmação social num ambiente desconhecido. Embora não conseguissem mudar o preconceito e a segregação, passavam a buscar mais ativamente um tratamento mais justo. Os movimentos pelos direitos civis nas décadas seguintes possuem uma de suas raízes nessas brechas abertas durante a Segunda Guerra Mundial (MOORE, 1996; BURNS; WARD, 2007; ROSE, 2008).

Para os índios, a situação foi um pouco mais complicada. A guerra, para alguns nativos, foi um impulso decisivo de assimilação; para muitos, porém, significou o aprofundamento de uma subversão cultural que já minava as identidades culturais das gerações mais jovens de descendentes de nativos estadunidenses. Desde 1924 eram considerados oficialmente cidadãos americanos, mas a prática era bem diferente da fria letra da lei. O “*Indian New Deal*” resultou na pressão constante, por parte da elite branca, de imposição de sua organização política nas estruturas tribais. Mais de 25 mil nativos americanos serviram no *front*. Dos que ficaram, muitos foram deslocados para o meio urbano em comunidades criadas para eles, por exemplo, em Los Angeles e Chicago, para trabalharem na indústria bélica. Não obstante, para os nativos, o *boom* econômico acabou junto com a guerra. Poucos conseguiram manter os empregos, muitos ainda não podiam votar ou estar aptos para receber os benefícios destinados aos veteranos no Pós-Guerra. Além disso, ainda havia a perda da identidade: muitos nativos e suas famílias não conseguiam mais se adaptar a comunidades indígenas, mas ao mesmo tempo não eram vistos como cidadãos nos centros urbanos (TERKEL, 1984; WYNN, 1996; MILLER, 1996)

A situação também não foi tão boa para os estrangeiros e seus descendentes. Enquanto o país lutava em nome da democracia e dos direitos humanos, os judeu-americanos sofriam com o racismo velado, mesmo dentro do próprio exército. Várias comunidades (alemãs, polonesas, italianas, etc.) eram vigiadas de perto, sujeitas até ao toque de recolher; mas mesmo com toda essa complicação na vida desses imigrantes, o maior movimento social durante a guerra foi a naturalização, veio deles: mais de 1,5 milhão de novos cidadãos em 4 anos, em sua maioria europeus refugiados. Os orientais tinham grande dificuldade de

aceitação havia já algum tempo, principalmente os chineses, considerados inassimiláveis⁶.

Já os japoneses e seus descendentes, sempre relacionados ao inimigo, perderam o direito de “*American born Nisei*”. Os que moravam na costa oeste eram levados a acampamentos, ou campos de prisioneiros, e tinham seus bens confiscados, muitos sob alegação de suspeita de espionagem, por mais “americanizados” que eles se encontrassem. Tal fato é visto como um triste episódio da história norte-americana, não podendo ser justificado por motivos de segurança nacional. A tônica foi a frase, muito veiculada na época: “*Once a Jap, always a Jap*”. O conflito com o Japão, além das questões territoriais, envolvia questões raciais e ideológicas. No começo, eles eram desumanizados pela “supremacia branca”, e com o decorrer da guerra, o determinismo biológico deu lugar a teorias explicativas culturais e sociopsicológicas. O tratamento diferenciado e hostil marcou profundamente essa geração e a seguinte dos nipo-americanos, que tentaram, com o tempo, “esquecer” as privações e violências, em nome de uma melhor integração (TERKEL, 1984; WYNN, 1996; HAYDEN, 1999).

INFORMAÇÃO COMO ARMA NO FRONT DOMÉSTICO

O esforço coletivo para aumentar a produtividade e manter a população não combatente com moral alto, porém sempre vigilante contra os potenciais inimigos, contava com o direcionamento definido por alguns organismos do governo, em consonância com os meios de comunicação escritos e radiofônicos, bem como com a indústria cinematográfica. Para alimentar a opinião pública, iniciou-se uma propaganda maciça e sistemática que deveria envolver a sociedade para não fazer outra coisa a não ser existir e resistir para a vitória. O centro do esforço de propaganda era o *Office of War Information (OWI)*, criado em 1942, um órgão governamental que consolidou todo o fluxo nacional de informação (HUEBNER, 2008).

Os objetivos eram claros. Por um lado, era preciso construir uma imagem favorável e estimulante do esforço de guerra, e por outro, mostrar o inimigo com as tintas mais sombrias. O equilíbrio, entretanto, era necessário, de tal forma que a população não pudesse acomodar-se com um otimismo ingênuo ou arrogante, tampouco ver o inimigo com

⁶ As políticas antiasiáticas são definitivamente eliminadas somente em 1952, embora a naturalização de chineses tenha sido permitida em 1943 (UEDA, 1996).

uma força exagerada demais para colocar a população em dúvida quanto à vitória no “bom combate”. Essa tensão entre o que deveria ser mostrado e o que deveria ser omitido teve seu ponto de inflexão quando a necessidade de suportar o custo financeiro do conflito obrigou o governo a emitir bônus de guerra, adquiríveis pela população e resgatáveis anos após o fim do conflito. Foi nesse momento que imagens de G.I.s⁷ mortos, feridos gravemente ou mutilados, foram exibidas pela primeira vez. Até então censuradas, para não comprometer o moral do *front* doméstico, essas imagens foram liberadas para mostrar aos estadunidenses que, se não contribuíssem mais para o esforço de guerra, comprando os bônus do governo, a vitória seria mais difícil e custosa (HUEBNER, 2008; BURNS: WARD, 2007; ROEDER Jr., 1993).



Figura 3 - Cartazes do “Four Freedom”, de Norman Rockwell, encomendados pelo *Office of War Information*, 1944.

⁷ A sigla “G.I.” significa “Government Issue” e sempre aparecia estampada nos equipamentos militares, mas ela foi adotada como apelido para os soldados americanos da Segunda Guerra.

Não obstante, esses momentos foram exceção. Na maior parte da guerra, os típicos cidadãos do país eram mostrados como fortes, dedicados, generosos, solidários; já os súditos do Eixo (principalmente os japoneses) eram mostrados como bárbaros, atrasados, capazes das maiores perfídias, enquanto os G.I.s deveriam ser mostrados como valentes, determinados e dotados das qualidades que fizeram dos Estados Unidos a nação líder do mundo livre, do mundo em que as quatro liberdades eram intocáveis: liberdade do medo e da vontade, e liberdade de discurso e de religião (figura 3).

A colaboração entre agências federais e cidadãos privados criou a imagem de um G.I. típico, bem distante da realidade e da própria autoimagem dos praças e oficiais combatentes dos Estados Unidos. Esse distanciamento da realidade nas informações passadas para o *front* doméstico desestimulava a população civil de pensar nos efeitos negativos que a guerra traria. Assim, a guerra informada aos cidadãos dos Estados Unidos não era a mesma guerra que os combatentes sentiam na pele. Era uma guerra sem os conflitos e tensões internos que ressaltavam as hierarquias tradicionais (entre brancos e negros, homens e mulheres, etc.). Já o material censurado era constituído por toda imagem que pudesse abalar a confiança e desestimular a população quanto à guerra: tudo que alimentasse ideias isolacionistas e pacifistas; que mostrasse a desordem da guerra, como pessoas mutiladas ou com neuroses; que deixasse as pessoas confusas, colocando em dúvida valores americanos e trazendo simpatia pelos inimigos; por último, tudo o que mostrasse rompimento, principalmente de padrões “ideais” de sexualidade, como a interação entre pessoas de etnias diferentes e homossexualismo. As “*casualty figures*” só começaram a ser manipuladas cuidadosamente em 1943, mostrando soldados americanos mortos, embora ainda nem se tocasse no assunto de problemas psicológicos, uma vez que a imagética criada para o G.I. enfatizava um soldado que merecia gratidão e admiração, e não pena. O coletivo sobressaía ao individual. Os problemas dessa imagética ficaram claros e seu desenvolvimento mais complexo quando os veteranos começaram a voltar para casa com os problemas adquiridos no combate. No Pós-Guerra, sem a censura, ela tornou-se mais variada. Juntamente com os retratos do veterano herói, provedor e pai de família, estavam aparecendo outros: vítimas da negligência do governo, de civis insensíveis, da falta de casas, de injúrias físicas debilitantes e das experiências enlouquecedoras da guerra. Mas nem essa “realística” imagética diferia inteiramente das mensagens do período de

guerra, pois mostrava a capacidade de recuperação dos veteranos, que representava a recuperação da própria nação dos distúrbios da guerra⁸.

Apesar das dificuldades, a propaganda venceu sua luta interna pela opinião americana, mobilizando todas as esferas da sociedade para o *war effort*. Tem então início o mito da “*guerra justa*”, “*de combater o bom combate*”, da “*Guerra Boa*”⁹ - expressão que dizia respeito mais à avaliação que se seguiria no Pós-Guerra americano do que ao tempo em que o conflito era uma realidade corrente: a guerra como o sacrifício necessário, no passado, para mudar os Estados Unidos e estabelecer as bases do progresso presente do país.

RECONVERSÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Foi para essa sociedade em lenta, porém inevitável transformação social que se colocava o problema do que fazer quando a guerra acabasse, quando as vagas do mercado de trabalho fossem extintas, quando os milhões de mobilizados voltassem, quando, enfim, o crescimento econômico conseguido durante o conflito tivesse de dar lugar ao ritmo econômico do Pós-Guerra.

Esse não era um problema desconhecido. Quando a guerra ainda não dava sinais claros de vitória dos Aliados, órgãos do governo federal, políticos, empresários, sindicatos e instituições civis e militares de pesquisa já haviam iniciado estudos e projeções de como deveria ser feita a reconversão da Nação para os tempos de paz. A maior preocupação do governo e dos agentes econômicos era como executar a reconversão de uma economia hipertrofiada pela guerra para uma economia de tempos de paz e pleno emprego, sem pressões inflacionárias. Esse perigo era real, pois, além do retorno ao mercado de trabalho dos milhões de mobilizados na guerra (o que poderia gerar um surto de desemprego incontrollável), das inevitáveis reduções nos níveis de produção durante o

⁸ Essa pressão “otimista” pela recuperação nem sempre tinha efeito positivo entre os veteranos. O estudo dos oficiais médicos Roy R. Grinker e John P. Spiegel advertia que não bastava a eficiência dos médicos e boa vontade dos veteranos: a recuperação dos distúrbios psicológicos entre os G.I.s dependia tanto deles mesmos quanto da recepção da sociedade não combatente (1945, p.452-460).

⁹ Studs Terkel nomeia a participação americana na Segunda Guerra Mundial com a expressão que ouviu em várias entrevistas que fez, com combatentes e não combatentes americanos: “*A Guerra Boa*” (“*The Good War*”). Apesar da expressão corrente, Terkel adverte sobre a impropriedade da expressão, uma vez que nenhuma guerra poderia ser boa ou desejável (TERKEL, 1984).

conflito, da fragilidade de um mercado importador europeu devastado economicamente pela guerra, havia ainda o risco de uma gigantesca inflação nos Estados Unidos, por conta do rompimento natural das comportas das poupanças individuais, com o fim da incerteza sobre o futuro, com o fim dos racionamentos e com a procura crescente por imóveis e bens de consumo. Para piorar as projeções econômicas, o governo federal teria de despejar, necessariamente, bilhões de dólares na economia, por conta do pagamento dos bônus de guerra e dos empréstimos a instituições financeiras. A guerra começaria a cobrar sua conta, era o que temiam os planejadores do governo e da iniciativa privada (BALLARD, 1983).

Para evitar uma nova catástrofe econômica, o governo federal tomou várias medidas, em fina sintonia com a iniciativa privada. As exportações foram mantidas em um nível alto, com o Plano Marshall ajudando na reconstrução econômica de países destruídos pela guerra e a retomada do comércio internacional com os países não beligerantes. O Estado continuou gastando, reinvestindo o dinheiro dos impostos, que, por sua vez, tiveram reduzida sua voracidade dos tempos de guerra. O setor terciário (comércio, serviços) cresceu substantivamente. Por outro lado, a grande procura por casas fez o governo estimular intensamente a construção civil. Bairros inteiros eram construídos, cada vez mais longe dos centros urbanos – os subúrbios. O desemprego aumentou, mas em taxas suaves e decorrentes mais do impacto da mecanização do que das consequências do fim da economia de guerra e do retorno dos combatentes (BALLARD, 1983).

As respostas da sociedade foram expressivas. As taxas demográficas aumentaram, com melhoria da expectativa de vida e, principalmente, com o *baby boom* do pós-guerra. O crescimento populacional não implicou em diminuição e divisão da riqueza social, pois, se a população aumentou 28% entre 1945 e 1960, o produto interno bruto cresceu 56% no mesmo período. A renda particular aumentou 53%. Foram os “anos dourados”, os “melhores anos”, consequência direta da participação do país na “guerra boa” e das ações vitoriosas dessa “melhor geração” (GOULDEN, 1976; WINN, 1996; GAMBONE, 2005).

O país passou, então, a ser o símbolo da extravagância e da riqueza, possibilitando declarações como essa de Lee Oremont, à época da guerra, contador de um supermercado em Los Angeles:

Eu penso que a guerra foi um período irreal para nós que ficamos em casa. Aqueles que não perderam ninguém no front

tiveram um tempo muito bom. A guerra não estava em nossa consciência como uma guerra. [...] Nós de repente nos vimos relativamente prósperos. Realmente não sofremos (TERKEL, 1984, p. 317).

Não obstante, para que tal prosperidade fosse estruturada em bases firmes seria necessário resolver o problema da desmobilização dos milhões de cidadãos-soldados e seu retorno ao país. Com a guerra ainda em curso, alguns organismos civis e militares do governo já faziam projeções sobre os procedimentos da desmobilização. Vários problemas tinham de ser resolvidos. O primeiro era a dificuldade de agendar a desmobilização se a guerra em uma das frentes terminasse antes. Esse era o cenário mais provável, principalmente após o vitorioso desembarque aliado na Normandia, e a natureza da guerra e da resistência japonesa no Pacífico. Haveria a necessidade de enviar uma parte dos homens e do material bélico para outra frente, reforçando-a e contribuindo para abreviar a guerra; mas como fazê-lo? Havia duas correntes de opinião nas forças armadas. Uma delas entendia que, para vencer no Pacífico (o mais provável *front* remanescente), os Estados Unidos não poderiam prescindir dos seus melhores e mais experimentados combatentes. A dispensa recairia sobre a maioria, mas os grupos mais bem-sucedidos em combate deveriam ser deslocados para o Pacífico. Outra corrente de opinião defendia que a prioridade de desmobilização recaísse sobre os homens e mulheres que estivessem há mais tempo em serviço ativo na guerra. Argumentavam, também, que um remanejamento dos combatentes mais experimentados e bem-sucedidos devastaria o moral dessas tropas, que ansiavam por voltar para casa. Assim, sua contribuição em uma segunda frente se perderia, além de estimular amotinações internas e, certamente, protestos no Congresso e nas ruas estadunidenses. A solução encontrada foi estabelecer um sistema de pontuação individualizada, de tal maneira que aqueles que tivessem folha de serviço mais ativa, incluindo-se aí ações em combate real, condecorações, além do tempo em si, teriam mais pontos. Embora polêmico, o sistema angariou o apoio da maioria da população e dos próprios mobilizados¹⁰ (STOUFFER, 1949; BALLARD, 1983).

¹⁰ Os critérios de contagem de pontos eram acumuláveis e incluíam: tempo de mobilização (1 ponto por mês mobilizado), tempo de serviço fora do continente americano (1 ponto por mês em serviço ativo), ações de combate (5 pontos por cada condecoração obtida em combate) e quantidade de filhos menores de 18 anos (12 pontos por filho). A primeira "pontuação de corte" estabelecida foi a de 85 pontos (BALLARD, 1983, p. 75).

Outro alvo de preocupações foi o ritmo da desmobilização. Os imensos problemas logísticos envolvidos na dispensa de milhões de combatentes (necessidade de navios-transporte em quantidade¹¹, de uma burocracia voltada para registros, exames médicos, pagamento dos soldos e demais facilidades aos dispensados, nos territórios ocupados e nos Estados Unidos), além da necessidade de manutenção de uma parcela das tropas na ocupação e manutenção da segurança na Europa, acabaram por atrasar a chegada dos G.I.s. aos Estados Unidos. Em junho de 1945, 300 mil retornaram ao país. No mês seguinte, mais 400 mil retornaram. Em agosto, enquanto a guerra acabava no Pacífico, mais 278 mil retornaram da Europa. A pressão interna do país aumentou após o *VJ Day* (Dia da Vitória no Japão), mas a capacidade de desmobilização e transporte das forças armadas estadunidenses estava trabalhando nos seus limites. Somente no mês de dezembro de 1945, 1 milhão de homens pôde chegar em casa. Mesmo assim, havia protestos quanto à velocidade da desmobilização. As queixas aumentaram em janeiro de 1946, quando, premido pela necessidade de manter pessoal suficiente para as tarefas de ocupação na Europa e Pacífico, o Departamento de Guerra fez uma projeção de manter 2,5 milhões de homens nas forças armadas, 1,3 milhão fora do país.

Apesar dos descontentes, o ritmo mais lento das dispensas foi mantido. No fim de 1946, com exceção daqueles que, voluntariamente ou por força do serviço militar, foram destacados para os países ocupados ou para a segurança interna, todos os combatentes originalmente mobilizados tinham sido dispensados.

Os efeitos dessa desmobilização gigantesca foram sentidos na sociedade estadunidense como um todo. A pressão irrefreável pelo emprego dos desmobilizados foi amenizada pelo ritmo mais lento das dispensas. Chegando aos poucos, os agora veteranos de guerra encontraram, depois das festas e homenagens, um sistema social que investia na sua formação e aperfeiçoamento profissional, previstos na legislação do ex-combatente (tópico que será abordado com mais detalhes a seguir). Mesmo terminada, para a sociedade estadunidense a guerra parecia uma presença constante, com mais de 10% da população retornando e trazendo consigo as marcas da guerra, as cicatrizes físicas e emocionais, os membros amputados, a própria presença dos novos

¹¹ Não havia embarcações em quantidade suficiente para levar os desmobilizados para casa. A prioridade das forças armadas ainda era utilizar as embarcações disponíveis para levar as tropas de reforço para a frente do Pacífico, além do material bélico e de apoio.

Ulisses, multiplicados aos milhões, ansiando pela reintegração, mas temerosos dos possíveis desajustes que poderiam encontrar em seu regresso. Impossível, também, seria ignorar as expectativas e ansiedades das famílias e amigos em relação aos recém-chegados. O notável volume de livros, panfletos, artigos em revistas, cinejornais e programas de rádios atesta quanto a questão afetava a sociedade estadunidense. A guerra e, agora, os seus efeitos, jamais seriam esquecidos¹².

Assim, há uma diferença significativa em relação à participação dos jovens estadunidenses na Primeira Guerra Mundial: nesse conflito, a guerra era uma realidade distante da população do país, que não se mobilizou como o fez na guerra contra o Eixo. Os jovens veteranos de guerra constituíam, aos olhos da maioria da população não combatente, como que um grupo à parte, desajustado e potencialmente perigoso. Para os “*doughboys*” (combatentes estadunidenses da Primeira Guerra Mundial), em contrapartida, os civis jamais saberiam o que passaram nas trincheiras da Europa e jamais valorizariam seu sacrifício como deveriam.

Já na Segunda Guerra Mundial, a realidade foi bem diferente. A população civil vivenciou a participação na “guerra total” e foi produzida, ao longo dos anos de conflito, uma autoimagem civil de compartilhamento dos esforços de guerra. Embora fossem experiências diferentes, os civis viam os G.I.s. como parceiros do mesmo esforço nacional, e não como um grupo à parte. É claro que havia a consciência de que os soldados corriam mais riscos e se sacrificavam mais que aqueles que ficavam no *front* doméstico, mas a relação que a autoimagem da sociedade civil estadunidense possuía era a de *complementaridade*, e não a de *oposição*. Essa imagem da guerra enfrentada pelos Estados Unidos, como uma guerra “justa e necessária”, a qual proporcionou, como

¹² Livros voltados para ajuda prática (“how to guides”) sobre a questão foram publicados em grande quantidade, entre 1944 e 1946. Traziam títulos como “*Counseling with returned servicemen*”; “*Problems of the Post-War World*”; “*Soldier to Civilians: problems of readjustment*”; “*Good-bye to G.I. – how to be a successful civilian*”. Alguns desses títulos fizeram sucesso editorial, como “*When Johnny Comes Marching Home*”, de Dixon Wecter (1944), que manifestava otimismo em relação ao dos combatentes, e “*The Veteran Comes Back*”, de Willard Waller (1944), pessimista em relação às perspectivas dos veteranos. Cientistas sociais estadunidenses também mostraram preocupação com o problema, a se notar pela quantidade de estudos sobre o assunto, nas edições de 1944, 1945 e 1946 de periódicos especializados, como *American Sociological Review* e *The American Journal of Sociology*. Este último dedicou uma edição quase inteira ao problema (v. 51, n.4, jan. 1946). Cine-jornais como *Welcome Home*, *The Returning Veteran*, *Peace Comes to America* e *He Has Seen the War*, todos de 1945, também mostravam ao público em geral a maneira “mais apropriada” para lidar com os veteranos (HUEBNER, 2008, p. 26-28; ROSE, 2008, p. 229-235).

recompensa dos esforços e sacrifícios de toda uma nação, uma prosperidade sem paralelo, é essencial para o entendimento de como essa sociedade recebeu seus combatentes e como lidou com seus problemas de reintegração social (PIEHLER, 1995).

O RETORNO DE ULISSES

Quando os primeiros ex-combatentes americanos voltaram para casa, a guerra estava ainda muito longe de terminar. Com raras exceções, eram combatentes que, desde as primeiras baixas em 1942, apresentavam ferimentos, saúde mental debilitada, incompetência ou indisciplina incompatíveis com sua manutenção na linha de frente ou retaguarda¹³. Mais de dois milhões de combatentes retornaram nessas condições, durante a guerra. Diferentemente dos camaradas que continuaram nos teatros de operações na Europa e no Pacífico, que podiam sonhar com uma volta futura vitoriosa e festiva, esses grupos de recém-chegados tinham muito pouco para comemorar.

Além da tendência à depressão por voltar para casa em condições indesejadas, esses veteranos ainda teriam de lidar com uma sociedade despreparada para recebê-los. Excetuando-se os familiares e os círculos de amizade mais próximos, a maioria da população não combatente via esses precoces veteranos com certa apreensão. Como se ajustariam a uma sociedade em pleno esforço de guerra? Como lidariam com suas incapacidades físicas e psiquiátricas? Repetiriam os problemas encontrados nos veteranos da Primeira Guerra Mundial, cuja imagem era a de grupos de inconformados e pouco propensos a ajustar-se à sociedade?

Apesar da representação da “Guerra Boa”, a Segunda Guerra Mundial ofereceu toda a sorte de horrores para quem realmente combateu. Não era essa a imagem passada para o público nos Estados Unidos. Muito pelo contrário, a imagem mais corrente da guerra continuava sendo aquela que tinha pouco sangue, pouco desequilíbrio psicológico, boa vontade e camaradagem. Assemelhava-se a um ritual de passagem, que transformava garotos em homens.

¹³ Trata-se, aqui, dos excluídos definitivamente do serviço ativo. Milhares de soldados voltavam aos Estados Unidos, por vários motivos (ferimentos que, embora não incapacitantes, necessitassem tratamentos inviáveis em hospitais de campanha, prêmios por ações de combate, licenças especiais) e depois retornaram ao Teatro de Operações, muitas vezes, a pedido deles mesmos.

A maioria dos próprios G.I.s. acreditava nisso. Quando saíram, muitos eram ainda os “garotinhos da mamãe”, de apenas 17, 18 ou 19 anos, e tiveram de amadurecer rápido e não sem dificuldades¹⁴. O longo tempo fora de casa, justamente na fase de maturidade, tornou a camaradagem exercitada durante a guerra uma de suas maiores motivações, muitas vezes mais do que a Pátria ou a bandeira, não obstante os forjadores das imagens oficiais colocarem os valores nacionais como razão principal de sua dedicação. Foi também uma oportunidade de conhecer não só lugares, mas também pessoas muito além dos seus círculos restritos de amizade e parentesco. O amadurecimento forçado e o trabalho em equipe nas forças armadas foram aproveitados em várias campanhas de estímulo ao recrutamento e motivação da opinião pública durante a guerra, enfatizando a participação no esforço da guerra como forjadora do caráter individual e coletivo da Nação, e permanecem até hoje como parte integrante da “mitologia” da Segunda Guerra (ROSE, 2008).

Não obstante, nem mesmo todas as campanhas de propaganda poderiam diminuir as possíveis tensões entre aqueles jovens tão mudados e a sociedade que haviam deixado anos antes. Dessa forma, em relação aos combatentes que voltaram para casa antes do final da guerra se descobria que, assim como eles não estavam preparados para um novo país, o país também não estava totalmente preparado para eles, nem mesmo suas famílias estavam preparadas para as mudanças. Para estas, era difícil saber adaptar-se aos novos comportamentos ou encontrar uma forma de ajudá-los sem ferir sua dignidade, chamando-os de aleijados ou loucos, ou simplesmente de bêbados que não queriam trabalhar.

Diante disso, a maior preocupação do Estado era como proceder para a interação entre os veteranos e a sociedade, ou melhor, para evitar um choque entre eles. Ainda em 1944, as primeiras providências começaram a ser tomadas, com destaque para o *Veterans' Information Program (VIP)*, um trabalho conjunto entre os Departamentos de Guerra e do Trabalho, a *Veterans Administration*, e o *OWI*. O *VIP* consistia num guia destinado à imprensa escrita, radiofônica e cinematográfica, sobre como os G.I.s em retorno deveriam ser apresentados à população: os

¹⁴ “jovens nascidos na falsa prosperidade dos anos 20, e que cresceram na dura realidade da depressão dos anos 30 (...). A literatura que eles leram quando garotos era anti-bélica, cínica, retratando patriotas como otários, moloides como heróis. Nenhum deles desejava tomar parte de outra guerra. Eles queriam estar jogando beisebol, não granadas de mão, atirando com armas calibre 22 em coelhos, não com carabinas M-1 em outros jovens” (AMBROSE, 1997, p. 27).

cinéjornais, documentários, programas de rádio e matérias da imprensa deveriam enfatizar a ideia de que os combatentes que estavam retornando, e os milhões que estariam por retornar, deveriam ser tratados como “pessoas normais”, sem hostilidade – por competirem pelos empregos com o pessoal que não fora para a guerra – e sem piedade exagerada, principalmente em relação aos incapacitados físicos e psiquiátricos. A imagem desejada era a de um veterano que deveria retornar por suas próprias forças e mérito à vida civil, sem arrogar-se um lugar especial na sociedade, mas também sem ser perseguido ou maltratado por estar diferente daquele rapaz que anos antes havia saído de casa para defender o país. Destarte, a ideia a ser veiculada era a de que as fadigas de batalha eram temporárias e absolutamente curáveis (HUEBNER, 2008; ROSE, 2008).

Além de lidar com os preconceitos da sociedade não combatente, as agências governamentais ainda tinham de diluir alguns ressentimentos que os G.I.s desenvolveram, com o passar do tempo, em relação ao pessoal do *front* doméstico. Na concepção de uma parcela dos combatentes, enquanto eles sofriam os horrores e perigos da guerra, a população civil vivia confortavelmente e até tirava proveito do trabalho sangrento dos rapazes no *front*: a namorada/noiva/esposa infiel, o empresário que ficava mais rico, o sujeito que ocupava o seu lugar no antigo emprego, os políticos que tiravam vantagens pessoais com o discurso patriótico, mas pouco faziam para melhorar a vida daqueles que estavam a milhares de quilômetros de casa, etc.¹⁵.

Nem tudo poderia ser resolvido com propaganda. Enquanto os meios de comunicação do país começavam a produzir a imagem positiva dos veteranos em retorno, outros grupos governamentais, em trabalho conjunto com associações de veteranos, políticos e empresários, incumbiam-se da elaboração de uma legislação de proteção aos veteranos, de tal modo que se tornasse realidade o que a propaganda sugeria: o veterano de guerra como um cidadão produtivo, que deveria receber da sociedade oportunidades para mostrar o seu valor, ao invés da comiseração e preconceito.

¹⁵ Correspondentes de guerra, como Ernie Pyle (1945) e Bill Maudin (1947), em seus escritos e *cartoons*, mostravam o quão disseminado era esse ressentimento. Uma pesquisa de opinião, realizada pelo *Army Research Branch*, entre os G.I.s, nos dois Teatros de Operações, sobre o que eles esperavam encontrar no retorno, exibia esses ressentimentos difusos, mas também mostrava que, entre os futuros veteranos, havia esperança de que a população não combatente valorizasse seu sacrifício na guerra (STOUFFER, 1949).

Entra em cena, então, a *American Legion*, a maior associação de veteranos de guerra do país, criada em 1919. Ela designou uma comissão de planejamento, e juntamente com outras comissões governamentais, ajudou a montar o projeto e o apresentou ao congresso: o *G.I. Bill of Rights*, a “Carta de Direitos do Combatente Americano”, assinado por Roosevelt em 22 de junho de 1944. Os benefícios estabelecidos a todos os veteranos que contassem com mais de 90 dias em serviço ativo, sem desonra, foram: a) soldo de 20 dólares por semana, durante, no máximo 52 semanas, enquanto o G.I. estivesse desempregado (“*The 52-20 club*”); b) bolsas de estudo em universidades ou cursos profissionalizantes, cobrindo as anuidades e a aquisição de livros; c) garantia, por parte do governo, para empréstimos destinados a financiamentos de casas, fazendas ou para a abertura de pequenos negócios; d) despesas hospitalares cobertas pelo Estado; e) criação de órgão governamental para orientação dos veteranos na procura de emprego; f) garantia, para aqueles que já eram empregados antes da guerra, do direito de voltar ao mesmo cargo, ficando o patrão proibido de despedi-lo por determinado período de tempo.

Como todo projeto em desenvolvimento, o G.I. Bill teve alguns problemas. Logo na sua apresentação ao congresso surgiu o primeiro: representantes dos estados do Sul foram contra algumas partes do G.I. Bill, por beneficiarem tanto veteranos brancos quanto negros. O documento que garantia os direitos foi assinado, mas sua aplicação prática foi bem mais difícil. Seu impacto positivo foi menor para os veteranos negros e para as mulheres, que também possuíam algumas restrições, como, por exemplo, a não permissão de suas rendas entrarem no cálculo para empréstimos. Além disso, uma viúva poderia receber os benefícios do marido morto, mas um viúvo não poderia fazer o mesmo no caso de morte da esposa. Outros problemas surgiram já na aplicação das leis: aquelas pessoas que não eram veteranas da guerra tiveram mais dificuldades para entrar no sistema de ensino superior, pois as universidades se encontravam lotadas de ex-combatentes. Por sua vez, os índios, assim como os negros, muitas vezes tinham os benefícios negados, ou então não tinham os “pré-requisitos” exigidos para usufruir deles, como, por exemplo, o fato de que muitos deles não tinham a educação mínima para ter assegurada, pelo *GI Bill*, uma bolsa nos cursos técnicos ou na universidade. Esses mesmos grupos encontravam dificuldades para conseguir financiamento bancário, pois, mesmo com a fiança garantida pelo G.I. Bill, era facultativo aos agentes bancários autorizar ou não o empréstimo, e negativas eram frequentes (ONKST,

1998). Entretanto, mesmo com todos esses problemas, estruturais ou práticos, o GI Bill of Rights conseguiu um bom percentual de sucesso sobre a reintegração social dos veteranos e transformou-se em um modelo de política social voltada aos veteranos de guerra em todo o mundo, a partir de então (GREENBERG, 1997; WYNN, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação na Segunda Guerra Mundial produziu um impacto expressivo para toda a sociedade dos Estados Unidos. Economicamente significou o início de uma fase de prosperidade e crescimento nunca antes alcançados, nem mesmo no período anterior à crise de 1929. Socialmente, representou um impulso expressivo para mudanças nas relações sociais, tanto nos níveis capilares das relações familiares e de gênero, quanto nos níveis macrossociais dos direitos civis e da construção nacional de uma estrutura de bem-estar, a partir da ação estatal. Vencedores na guerra, liderando a coalizão aliada, os Estados Unidos protagonizaram bem mais que um triunfo militar, pois se consolidaram tanto a posição estratégica do país como líder do mundo capitalista na Guerra Fria como sua estrutura industrial militar como a mais dinâmica e influente nas décadas seguintes.

Não obstante, todas essas conquistas poderiam ser atribuíveis a qualquer império na história, e seu efeito ser restrito aos grupos sociais e econômicos sempre beneficiados nessas ocasiões. O caso dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial foi bem diferente. Primeiro porque a autoimagem favorável à participação na guerra foi construída paralelamente ao enfrentamento coletivo de todas as dificuldades e dores dos combatentes e da população não combatente. Tratava-se, desde o início, de uma guerra “justa”, de salvação do que se concebia como civilização e liberdade. Era combater o “bom” combate. Em segundo lugar, tal imagem da guerra boa e justa não ficou restrita aos Estados Unidos, mas espalhou-se pelo mundo todo. Por mais que se possa atribuir tal sucesso à avalanche de imagens dessa natureza na indústria cultural ocidental, em um contexto de guerra fria, é inegável que a causa comum contra o nazifascismo consolidou, no mundo todo, uma perspectiva hegemônica de liderança estadunidense. Isso fica mais evidente quando se compara a imagem dessa guerra com aquelas construídas historicamente em relação às outras guerras que contaram com a participação dos Estados Unidos, como a Guerra da Coreia (“a guerra esquecida”) e a Guerra do Vietnam (“o pesadelo da América

moderna”). Para a maioria da população dos Estados Unidos, para não dizer do mundo, a guerra combatida contra o Eixo foi a guerra sem reprovações, sem senões.

Os protagonistas principais dessa guerra “honrada”, “digna” e “necessária” iriam voltar para casa. Era preciso reorganizar a sociedade para recebê-los e ajudá-los a retornar à vida social e econômica dos tempos de paz. Os resultados predominantemente positivos nesses dois desafios sedimentaram a imagem dessa guerra de maneira ainda mais positivada.

É claro que nem todos perceberam a guerra da mesma maneira. Para os nipo-americanos a guerra foi um pesadelo; para os afro-americanos e para as mulheres em geral, houve conquistas, mas as resistências encontradas para consolidá-las mantiveram os ressentimentos e as tensões nas décadas posteriores. O saldo geral, porém, referenda a imagem positiva consolidada universalmente.

Para que tal boa imagem da guerra pudesse estruturar-se em um conteúdo real e sólido, foi preciso preparar a sociedade e os combatentes para a reconversão aos tempos de paz. Este artigo procurou discutir como esse processo foi efetuado, de modo a tornar o ex-combatente em um cidadão ativo e produtivo, ao invés de deprimido e dependente do Estado. Foi preciso lançar mão de propaganda, de articulações políticas e de pesquisas de opinião, dentro e fora das fileiras combatentes. Foi preciso estruturar a desmobilização, estabelecer regras, limites, metas a serem alcançadas. Foi preciso, também, articular as ações do Estado e suas instituições com as demandas e movimentos da iniciativa privada. O saldo geral, mesmo com os problemas pontuais comuns às estruturas de atendimento e organização de milhões de pessoas, foi positivo, e esse empreendimento bem-sucedido foi o ponto de partida para o processo de reintegração social dos veteranos estadunidenses da Segunda Guerra Mundial. O detalhamento de como, a partir dessa estrutura favorável, consolidou-se o que ficou conhecido na historiografia dos Estados Unidos como os “anos dourados”, para a maioria dos combatentes e dos não combatentes do país, deve ser objeto de outras pesquisas, que não prescindirão do estudo desse grupo social de mais de dezesseis milhões de pessoas, bem como de suas famílias. Depois do que chamaram de “a boa guerra”, suas vidas e a do seu país nunca mais seriam as mesmas.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSON, James L. *The American Home Front*. Washington: National Defense University Press, 1983.
- AMBROSE, Stephen E. *O Dia D – 6 de junho de 1944. A batalha culminante da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- BALLARD, Jack Stokes. *The Shock of Peace*. Military and Economic Demobilization after World War II. Washington: University Press of America, 1983.
- BURNS, Ken; WARD, Geoffrey. *The War: an intimate history, 1941-1945*. New York: Knopf, 2007.
- DUIS, Perry R. No Time for Privacy: World War II and Chicago's Families. In: ERENBERG, L. A; HIRSCH, S. E. (eds.). *The War in American Culture: Society and Consciousness during World War II*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- GAMBONE, Michael D. *The Greatest Generation Comes Home: the Veteran and the American Society*. Texas: A&M University Press, 2005.
- GOULDEN, Joseph C. *The Best Years*. 1945-1950. New York: Atheneum, 1976.
- GREENBERG, Milton. *The GI Bill*. New York: Lickle Publishing Inc, 1997.
- GRINKER, Jr., Roy R.; SPIEGEL, John P. *Men Under Stress*. York, PA: Blakiston Company, 1945.
- HAYDEN, Dolores. Landscapes of loss and remembrance: the case of Little Tokyo in Los Angeles. In: WINTER, Jay; SIVAN, Emmanuel. *War and Remembrance in the Twentieth Century*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1999.
- HUEBNER, Andrew J. *The Warrior Image: soldiers in American culture from the Second World War to Vietnam Era*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2008.
- KARSTEN, Peter. Rosie, the Riveter. In: *Encyclopedia of War & American Society*. Stanford: SAGE Publications, 2005. <http://www.sage-reference.com/war/Article_n299.html>. Acessado em: 5 Abr. 2010.
- MAUDIN, Bill. *Back Home*. New York: William Sloane Associates, 1947.

- MAY, Elaine T. Rosie the Riveter Gets Married. In: ERENBERG, Lewis A.; HIRSCH, Susan E. (eds.). *The War in American Culture: Society and Consciousness during World War II*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- MILLER, Carol. Native Sons and the Good War: Retelling the Myth of American Indian Assimilation. In: ERENBERG, Lewis A.; HIRSCH, Susan E. (eds.). *The War in American Culture: Society and Consciousness during World War II*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- MOORE, Shirley Ann Wilson. Traditions from Home: African Americans in Wartime Richmond, California. In: ERENBERG, Lewis A.; HIRSCH, Susan E. (eds.). *The War in American Culture: Society and Consciousness during World War II*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- ONKST, David H. "First a Negro...Incidentally a Veteran": Black World War Two Veterans and the G. I. Bill of Rights in the Deep South, 1944-1948. *Journal of Social History*. Fairfax, v. 31, n. 3, 1998.
- PIEHLER, G. K. *Remembering War in the American Way*. Washington: Smithsonian Books, 1995.
- PLYLE, Ernie. *Here Is Your War*. New York: Henry Holt, 1943.
- ROSE, Kenneth D. *Myth and the Greatest Generation. A Social History of Americans in World War II*. New York: Routledge, 2008.
- ROEDER Jr., George H. *Censored War: American visual experiences during World War Two*. New Haven: Yale University Press, 1993.
- SEVERO, Richard; MILFORD, Lewis. *The Wages of War: When Americas's Soldiers Came Home – from Valley Forge to Vietnam*. New York: Touchstone, 1989.
- STATISTICAL SUMMARY OF AMERICA'S MAJOR WARS. *Special Collections LSU Libraries*. Louisiana: Louisiana State University, 13 jun. 2001. In: <http://www.cwc.lsu.edu/other/stats/warcost.htm>. Acessado em: 3 jun. 2007.
- STOUFFER, Samuel, et alii. *The American Soldier. Combat and its aftermath*. v.2. Princeton: Princeton University Press, 1949.
- TERKEL, Studs. *The Good War*. New York: The New Press, 1984.
- UEDA, Reed. The Canging Path to Citizenship: Ethnicity and Naturalization during World War II. In: ERENBERG, Lewis A.; HIRSCH, Susan E. (eds.). *The War in American Culture: Society and Consciousness during World War II*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

VAN ELLS, Marc D. *To Hear Only Thunder Again*. America's World War Veterans Come Home. Lanham, MD: Lexington Books, 2001.

WALLER, Willard. *The Veteran Comes Back*. New York: Dryden Press, 1944.

WECTER, Dixon. *When Johnny Comes to Marching Home*. Cambridge: Houghton, 1944.

WYNN, Neil A. The "Good War": The Second World War and Postwar American Society. *Journal of Contemporary History*. Stanford, v. 31, n. 3, p. 463-482, 1996.

U.S. DEPARTMENT OF INTERIOR. *National Park Service*. Rosie the Riveter: World War II Home Front. <http://www.nps.gov/rori/index.htm>. Acessado em: 14 ago. 2009.

IMAGENS - FONTES ONLINE

Imagem 1

<http://roulettevintage.files.wordpress.com/2009/11/rosie.jpg> Acessado em: 15 abr. 2010.

Imagem 2

http://www.saturdayeveningpost.com/wp-content/uploads/satevepost/illustration_281_3_rosie_the_riveter.jpg Acessado em: 15 abr. 2010.

Imagem 3

<http://www.alamo.edu/pac/faculty/rhines/images/fourfreedoms.jpg> Acessado em: 15 abr. 2010.